

Traduzindo a memória colonial em português: raça e gênero nas literaturas africanas e brasileira

*Simone Pereira Schmidt**

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Com enfoque nas intersecções existentes entre as categorias de gênero e raça na literatura de autoria feminina produzida contemporaneamente nos contextos brasileiro e africanos de língua portuguesa, o artigo busca desenvolver uma discussão sobre os modos de representação e as problematizações dessas categorias, com base na leitura de dois textos em especial: o romance *Becos da memória*, da brasileira Conceição Evaristo e o conto “Desencanto”, da escritora cabo-verdiana Orlanda Amarílis.

* Doutora em Teoria Literária pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1997) e pós-doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Nova de Lisboa (2005) e em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal Fluminense (2011-2012). Atualmente é professora associada I da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Portuguesa, Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e Teoria Literária. Atua principalmente nos seguintes temas: gênero, pós-colonial, identidade, teorias feministas e narrativa contemporânea.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

Palavras-chave: Gênero. Raça. Autoria feminina. Literaturas africanas de língua portuguesa. Romance brasileiro.

Nas leituras que venho realizando, do *corpus* literário africano de língua portuguesa, é visível a preocupação dos autores em desenvolver reflexões sobre as relações étnico-raciais no contexto histórico-cultural do colonialismo e do pós-colonialismo. Inúmeros exemplos poderiam ser aqui trazidos à discussão, tais como os de José Craveirinha e Noémia de Sousa que, em suas obras, problematizam a forte segregação racial que sustentava o projeto colonial português em Moçambique, ou de contextos mais contemporâneos, como o Moçambique pós-colonial de Mía Couto em *Venenos de deus, remédios do diabo*, em que os personagens, aparentemente em harmonia inter-racial, confrontam-se veladamente, passando a limpo séculos de tensão entre colonizadores e colonizados, enquanto Ondjaki, em *Quantas madrugadas tem a noite*, indaga qual o papel da raça ao fixar identidade e definir conflitos, quando, em Angola, “cor vira documento” (p. 29). O tema complexo da mestiçagem, como desdobramento problemático das relações étnico-raciais, também ocupa muitas páginas da ficção contemporânea. Como exemplo, podemos citar as personagens dos contos de Luandino Vieira, em *A cidade e a infância*, que muitas vezes vão trazer à luz do dia os dilemas do encontro entre brancos e negras, assim como Paulina Chiziane, em *O alegre canto da perdiz*, problematiza o mesmo encontro, mostrando seus tensos desdobramentos e discutindo a figura do assimilado. Através de alguns exemplos podemos perceber o quanto este tema, das relações étnico-raciais, tem mobilizado os autores de língua portuguesa, mostrando-se como um fértil campo de investigação.

É sabido que a noção de raça remonta a períodos históricos bastante remotos, mas é em período mais recente que encontraremos manifestações daquilo que Michel Wieviorka (2007, p. 19) denomina “proto-racismo” – quando, em plena era moderna (séculos XVII e XVIII), em contato com os habitantes das terras encontradas nos processos de expansão marítima de seus territórios, os europeus vão nomear a diferença entre si e os “outros”, estabelecendo essa diferença

como marca de inferioridade do outro, o não-europeu, não-civilizado e, portanto, “bárbaro” e “selvagem”.

A formalização de um discurso sobre tais diferenças, atribuindo caráter científico à diferenciação, articulada em torno do conceito de “raça”, encontra legitimidade, como sabemos, no final do século XVIII, e sua máxima expressão se veicula no século XIX.

Herdeiro dessa tradição de pensamento científico sobre a raça, que atuou fortemente como ideologia de sustentação dos empreendimentos nacionalistas, por um lado, e expansionistas e colonizadores por outro, o Estado Novo português, instituído por Salazar nas primeiras décadas do século XX, vai se amparar num discurso fortemente marcado pelo nacionalismo, e imbuído do sentido missionário da expansão ultramarina, para sustentar sua empresa colonial em território africano. Aprofundando um discurso assentado sobre a diferença racial entre colonizador e colonizado, o Estado Novo salazarista empreende, a partir dos anos 30, uma ação colonizadora decalcada sobre a grandeza da nação no passado marítimo, lançando-se rumo ao projeto de reconquista da glória passada. Tal projeto visava “irmanar” a todos – povos colonizados e metrópole colonizadora – sob a tutela generosa do Estado e de seu chefe. Uma legislação fortemente intervencionista, aliada a uma prática política de cunho autoritário e paternalista, são características da atuação do governo salazarista nas colônias portuguesas nas primeiras décadas do século XX. As marcas deixadas por semelhantes práticas são visíveis até hoje nas culturas das ex-colônias.

Todas essas vivências – da segregação racial mais evidente ou velada, da imposição de leis que restringiam a cidadania e a ascensão social da população dos países africanos – encontram forte representação na literatura desses países. Tais temas continuam a ecoar nas páginas dos livros, muito além do período colonial. Na literatura que hoje se produz em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, questões derivadas dos problemas raciais vividos no regime colonial, bem como as tensões que, no período pós-independência ocorreram como desdobramentos da época colonial, constituem matéria viva na relação entre autores e leitores. Dentre as questões mais

frequentemente evocadas nos textos literários encontram-se a memória da segregação racial, a assimilação, a mestiçagem, os conflitos étnicos e seus dramáticos desdobramentos nas guerras civis contemporâneas.

Todas essas questões raciais que se mostram ainda tão vívidas, na esteira de uma história colonial que se deseja superar, podem ser compreendidas através da concepção, formulada por Aníbal Quijano, de colonialidade de poder. Tomando esse conceito como referência, Maria Lugones afirma que a colonialidade, cujo nascimento se acha estreitamente ligado ao colonialismo, estende e prolonga seus efeitos. Tais efeitos não se restringem às questões raciais, mas permeiam, segundo a autora, “todo o controle do sexo, a subjetividade, a autoridade e o trabalho” (LUGONES, 2008, p. 20-21). Walter Mignolo, dialogando com as reflexões de Lugones, assinala que o processo colonial esteve ancorado sobre dois vetores fundamentais, que foram o patriarcado e o racismo (MIGNOLO, 2008, p. 9). Se pensarmos em termos das permanências da matriz colonial, encontramos no pensamento feminista pós-colonial a ideia da interseccionalidade, que compreende que as categorias de gênero e raça se entrelaçam inextricavelmente na constituição do que Maria Lugones chama o ‘sistema moderno-colonial de gênero’ (LUGONES, 2008, p. 16).

Parece necessário, seguindo tal linha de pensamento, que se proponha uma política de leitura pós-colonial, que leve em conta a tarefa de examinar os modos como se tramam as relações de poder na esteira das histórias coloniais. De que modo podem as teorias feministas contribuir para que essa tarefa seja realizada? Num esforço para responder a essa e outras questões, desejo colocar em diálogo os sistemas culturais africanos de língua portuguesa (ainda aqui, o termo é intencionalmente amplo) e brasileiro, com o intuito de rastrear alguns modos através dos quais a interseccionalidade gênero e raça se fazem ali presentes.

Se dirigirmos nosso foco para o contexto brasileiro, encontraremos, especialmente a partir dos anos 90, o debate sobre a necessidade de se rever o apagamento, até então predominante, de representação das mulheres negras nos discursos culturais em geral. Com escasso acesso ao ambiente acadêmico, mas fortemente vinculadas aos movimentos sociais,

as feministas negras brasileiras tiveram que percorrer um caminho muito particular, de afirmação de sua presença em espaços onde não eram percebidas, além de se contrapor a algumas construções discursivas de grande poder em nossa cultura, tais como o mito da mestiçagem como fator de democracia racial e o elogio da mulata como elemento simbólico da “cordialidade”, sexual e racial, sobre a qual se assentam tais discursos.

No esforço para desconstruir essas verdadeiras “fortalezas” discursivas de nossa cultura, é necessário empreender uma reflexão sobre o pensamento lusotropicalismo de Gilberto Freyre, assentado sobre a metáfora central do corpo da mulher negra, como destacou Ria Lemaire (2000). Essa metáfora sintetiza o encontro inter-racial entre o português e seus “outros” – aqui representados, muito especialmente, pela figura da mulher escrava, cujo corpo foi “gostosamente” apropriado pelo senhor da casa grande em terras brasileiras. O modo como Freyre interpreta o papel deste encontro sexual e inter-racial na formação da cultura brasileira suscitou, como sabemos, intenso debate, que está longe de se esgotar. No entanto, não é minha intenção desenvolver aqui este debate. O que pretendo enfatizar é a centralidade da metáfora contida no encontro entre o senhor e a mulher escrava, a qual se atualiza constantemente em sociedades que vivenciaram o processo colonial, tão fortemente marcado por desigualdades raciais e de gênero, e tão impregnado de discursos de acobertamento ideológico de tais desigualdades.

Sueli Carneiro se destaca como uma das intelectuais negras que se dedicaram a mostrar a importância de se articular gênero e raça na produção de um pensamento feminista contemporâneo no Brasil. Denunciando aquilo que considera o viés eurocêntrico do feminismo brasileiro, a autora evoca “toda uma história de resistências e de lutas”, em que as mulheres negras têm sido protagonistas “graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral” (CARNEIRO, 2002, p. 191). Essa história, tornada invisível nos processos de canonização letrada da historiografia brasileira, omite, segundo Sueli Carneiro, a centralidade da questão racial nas hierarquias de gênero presentes em nossa sociedade, assim como universaliza valores de uma cultura particular (ocidental e burguesa) para o conjunto das mulheres – sem levar em conta os

aspectos de dominação e violência que historicamente caracterizaram as relações entre brancos e não brancos. No mesmo sentido – e num momento de grande significado para a luta contra o preconceito e a discriminação racial, a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, em Durban 2001 – Kimberlé Crenshaw reivindica “formas de entender como as experiências únicas de mulheres étnica e racialmente identificadas são por vezes obscurecidas ou marginalizadas nos discursos sobre direitos”, e propõe, como resposta política, “novas metodologias que desvendem as formas como várias estruturas de subordinação convergem” (2002, p. 183).

Sabe-se o quanto tem sido problemática e polêmica a aplicação da categoria “raça” na contemporaneidade. Como conceito totalizante e definidor de identidades, ela precisou ser desconstruída, de modo que, na teorização recente, a “raça” é frequentemente referida entre aspas, como conceito posto “sob rasura”, já que nomeia aquilo que, ao ser nomeado, precisa ser, ato contínuo, problematizado e desconstruído. Contudo, para além dos problemas do conceito, e do intenso debate que suscita, é necessário que a categoria “raça” continue a ser convocada, para que os problemas em torno dela, de fundo histórico e muito presentes nas sociedades que vivenciaram a experiência do colonialismo, possam ser discutidos em profundidade. Assim, temas tão difundidos como aqueles ligados ao controverso e problemático conceito de raça, tornam incontornável a sua abordagem.

Em outras palavras, o impasse teórico que aqui se coloca diz respeito ao debate em torno de categorias que, tais como o gênero e a raça, operam, teórica e politicamente, em constante deslizamento entre a afirmatividade política e a negatividade teórica. Dito de outro modo, faz-se necessário reivindicar aquilo que se nega: para as investigações em torno da raça e do racismo, é preciso operar em simultâneo com a reivindicação estratégica da raça, em nome de afirmação de identidade e de direitos sociais, e com a desconstrução de seu significado enquanto eixo aglutinador de significados fixos e essencializantes.

Na mesma direção, as teorias feministas também precisaram atuar no sentido de desconstruir sua ficção de uma identidade unificada em

torno do conceito Mulher. Sob a proteção de tal identidade ficcional, permanecia latente a ideia da vítima a ser salva da opressão. Walter Mignolo afirma, com base em Lugones, que é a matriz colonial de poder a responsável pela invenção do conceito “mulher”, dentro da norma familiar patriarcal (MIGNOLO, 2008, p. 8), argumento corroborado pela provocativa pergunta lançada nas *Novas Cartas Portuguesas*, e retomada em ensaio de Margarida Calafate Ribeiro (p. 98): “será a mulher a última colônia do homem?”

No entanto, ao des-essencializar significantes como “mulher” e “negro”, tanto as teorias feministas quanto as discussões advindas da luta contra a discriminação racial incorrem em risco semelhante: o de resvalar no relativismo e perder muito de sua força política. Como se fosse possível enunciar um discurso anti-racista que apagasse atrás de si as marcas dramáticas de um passado colonial. Como se, afinal, desigualdades e traumas fossem problemas já resolvidos por mulheres e sujeitos (pós-)coloniais. Kwame Anthony Appiah propõe uma provocativa síntese para um impasse dessa natureza, ao afirmar que “como nos lembra Tzvetan Todorov, a existência do racismo não requer a existência de raças; podemos acrescentar que as nações são bem reais, por mais inventadas que sejam suas tradições” (APPIAH, 1997, p. 243).

Enfim, a questão que se evidencia a partir desses questionamentos é a necessidade de se articular as categorias “raça” e “gênero” numa operação de mão dupla, investigando simultaneamente as estratégias discursivas de construção e de desconstrução dos seus significados ao longo do século XX e, para nossa ação presente e futura, também no século XXI.

Assim, partindo da compreensão de que o feminismo lança uma luz sobre os estudos pós-coloniais no sentido de ajudar a perceber as intersecções existentes entre gênero e raça na experiência colonial e em seus desdobramentos em termos de uma colonialidade do poder, gostaria de investigar os modos de articulação dessas duas categorias tão vivamente presentes nas histórias coloniais e pós-coloniais sobre as quais se constroem os sistemas culturais de países como os africanos de língua portuguesa e o Brasil. Tratam-se de sistemas culturais que compartilham,

ainda que em sentidos muito diversos, específicas injunções de gênero e raça ligadas ao ‘modo português’ de escrever a sua história colonial-patriarcal-escravocrata. Nesse sentido, dedico-me à leitura, ainda que breve, de dois textos muito representativos dos temas que aqui se discutem: o romance *Becos da memória*, da brasileira Conceição Evaristo e o conto “Desencanto” da cabo-verdiana Orlanda Amarílis.

Em *Becos da memória*, o que de imediato identificamos como central é a questão da representação. O romance inicia deixando claro quem são os sujeitos que se pretende representar. Ao evocar, no texto que abre a narrativa, as pernas “cansadas, suadas, negras” das lavadeiras que madrugavam para o trabalho, o pacto da representação é assumido pela autora: a escrita, com afirmou Donna Haraway (1994, p. 275), é um jogo mortalmente sério, porque o que está em questão é justamente a possibilidade (ou a negação) da representação. Por isso, como afirma Haraway, “as disputas envolvendo os diversos significados atribuídos à escritura representam uma forma fundamental de luta política contemporânea” (1994, p. 275). A quem se representa, e como se representa são, portanto, questões cruciais para o discurso literário, visto aqui – numa imagem que nos remete a Bakhtin (1981) – como um arena onde disputam constantemente as diversas forças políticas em que se constituem os grupos sociais. Especialmente num país como o Brasil, onde a questão da representação se mostra ainda tão problemática. Dar corpo à representação dos moradores da favela, caminhando em sentido contrário ao dos estereótipos que se colam à pele dos subalternos em nossa sociedade é, portanto, uma estratégia de grande impacto político e cultural, já que permite ao leitor brasileiro, desamparado de uma tradição de representação das diferenças sociais e raciais em nossa cultura, aprender, como sugere Regina Dalcastagnè (2008, p. 216) “um pouco do que é ser negro no Brasil”, e do que “significa ser branco em uma sociedade racista”.

Para a construção de seu romance, a autora tomará como mote a estrutura sinuosa e múltipla dos becos da favela, que, percorridos pela narradora, mostram-se, a um só tempo, iguais e diversos, múltiplos, tortuosos, promissores, cheios de histórias de vida. A narrativa que a partir

de então se desdobra é feita de pequenos relatos, breves histórias de vida de muitos personagens, homens, mulheres e crianças da favela. Nessas histórias vemos posta em prática a perspectiva benjaminiana de história (BENJAMIN, 2010), que privilegia o fragmento sobre a totalidade, a alegoria sobre o símbolo, dentro de uma compreensão mais profunda de que a história, tradicionalmente divulgada na perspectiva dos vencedores, pode ser escrita a contrapelo, dando vez a versões pequenas, mínimas, fragmentárias de vidas comuns, nem heróicas nem exemplares, pequenas vidas de personagens em cujos percursos se conjugam derrotas advindas de sua condição social, racial e de gênero. É nesse sentido que o trabalho das lavadeiras ocupa posição central na narrativa, sintetizando a atividade incansável dos corpos das mulheres da favela, em constante esforço de gerar e garantir a vida, enfrentando pobreza e violência. Corpos que atuam por vezes como único capital simbólico dos sujeitos negros, como assinalou Stuart Hall, identificando nesses corpos verdadeiras “telas de representação” de sua experiência (HALL, 2003, p. 342). São todas personagens femininas que atualizam, em suas histórias de vida e em seus próprios corpos, uma relação repetidamente evocada na narrativa: a aproximação entre senzala e favela.

Esta relação, senzala-favela, se atualiza no romance de duas formas. Primeiramente, na memória da escravidão, frequentemente relatada pelos mais-velhos, em histórias nas quais rememoram sua infância passada em fazendas, senzalas, plantações e enfrentamentos com os sinhôs. Num segundo plano, o mais vívido no romance, a relação da senzala com a favela se atualiza na geografia dos becos onde se vivencia a condição subalterna dos seus moradores. Através deste fio que une o passado colonial e escravocrata com as profundas desigualdades vivenciadas na pele pelos descendentes dos escravos nas cidades de hoje, uma outra história da literatura brasileira, e de seus personagens, sem dúvida está a ser feita neste momento. Atando as duas pontas deste fio de memória de uma herança tão silenciada quanto irresolvida em nossa história, a literatura que presentifica esta perturbadora relação, senzala e favela, nos permite encontrar, como afirma Eduardo de Assis Duarte, “uma história de superação vinda dos antepassados, a partir de

uma perspectiva identificada com a visão do mundo e com os valores do Atlântico Negro” (DUARTE, 2009, p. 346). No corpo das mulheres negras, cujas histórias se destacam na profusão de narrativas que compõem o romance, se atualiza esta ligação entre o passado colonial e o presente povoado de heranças coloniais por resolver.

Se nos voltarmos agora para o conto “Desencanto”, de Orlanda Amarílis, encontramos a figura da imigrante cujo cotidiano se organiza em torno do grande esforço pela sobrevivência na metrópole, submetida ao ritmo diário de longos deslocamentos, do cansaço e do tédio, em função das demandas do trabalho e da sobrevivência na terra estrangeira. É justamente onde se intersectam gênero, etnia e raça que a condição solitária e melancólica da personagem do conto, condição de imigrante, estrangeira, não-branca e trabalhadora subalterna, se revela em toda sua contundência, e se mostra dentro de um quadro de relações históricas e políticas, e não como caso isolado. Se para as personagens de *Becos da memória* as condições adversas vivenciadas no dia a dia da exclusão social revelam sua fragilidade e evidenciam a necessidade de se submeterem a condições injustas e desumanas de trabalho, para a personagem do conto de Orlanda Amarílis, o “lugar” a partir do qual sua exclusão toma forma, acarretando seu sentimento de desencanto e a constatação de seu não-pertencimento, é seu próprio corpo, ponto de encontro das tensões racializadas/sexualizadas construídas a partir das relações coloniais.

A cena final do conto é muito significativa em relação ao que estou a afirmar. Durante o trajeto do barco que a conduzirá à outra margem do Tejo, na última etapa de sua longa jornada a caminho do trabalho, a personagem percebe, em sua direção, um insistente olhar masculino. Resiste ao olhar, e em seguida o barco chega ao seu destino. Na descida dos passageiros, ela sente novamente a presença daquele homem muito perto de si. Mas a chegada de um amigo, e o breve diálogo que os dois homens travam, deixa transparecer, de forma reveladora, as posições desiguais de gênero e raça implicadas no que até então se mostrava como um inconsequente jogo de sedução: “Um sussurro fá-la estar atenta.

Estás bom, pá? Malandro, estás a fazer-te prá mulata. Riem baixo e esse riso é uma afronta.” (AMARÍLIS, 1974, p. 64).

A “malandragem” flagrada no flerte inconsequente do homem desconhecido enuncia aquilo que a personagem mais deseja esquecer. Só então, ao final do conto, somos levados a compreender a dolorosa experiência por ela vivenciada, encontrando-se permanentemente enclausurada num corpo definido pelo gênero e pela raça, um corpo colonizado, definido pelo olhar do outro como um corpo de mulata, ícone “denso e tenso”, como argumenta Miguel Vale de Almeida, da política de raça, gênero e classe produzida pela experiência histórica do colonialismo português. Vale Almeida assim a define: “Triplamente subalterna, triplamente desejável, para o olhar hegemônico: porque mulher, porque não-branca, porque das classes populares” (ALMEIDA, 2001, p. 34). No corpo da personagem, recai o peso de uma tradição racista e patriarcal, que se consolidou, segundo Robert Young, no comércio de corpos e mercadorias determinado em sua origem pelas rotas da escravidão, o que explica, segundo o autor, por que “as relações de poder violentas, antagônicas da difusão sexual e cultural” (YOUNG, 2005, p. 221-222) vieram se tornar “o paradigma dominante” das relações coloniais, deixando marcas profundas no modo como até hoje se imbricam racismo, sexualidade e desejo. Fortemente erotizado, o corpo da personagem sofre os embates do preconceito racial associado ao desejo masculino, confrontado com os “estigmas associados (...) à imagem da mulata sensual e disponível” (GIACOMINI, 2006, p. 100).

Quase negra, ou quase branca (ou quase negra de tão pobre, como disse Caetano Veloso), a mulata recai numa armadilha identitária da qual não vê saída. É a fala do outro, sujeito metropolitano ali representado na figura do homem com quem mantém um breve flerte, que desencadeia na personagem a compreensão mais profunda de sua verdadeira condição. Ao escutar entre sussurros a conversa dos dois homens que lhe soa como uma afronta (“Malandro, estás a fazer-te pra mulata”), ela termina por dizer, a si própria: “Encruzilhada pela qual tem de escolher. Sempre a fugir de andar com os patrícios de cor para não a confundirem

e afinal é um branco que lhe vem lembrar a sua condição de mestiça” (AMARÍLIS, 1974, p. 64).

Em sua solidão de mestiça que recusa sua origem buscando assim assimilar-se à cultura metropolitana, e em sua melancólica condição de desenraizamento, a personagem de Orlanda Amarílis evoca a própria condição, em sentido amplo, dos colonizados, os “condenados da terra”, como os chamou Frantz Fanon.

Esta é a ligação que, segundo entendo, se estabelece entre dois momentos e espaços diversos, ou seja, a experiência das mulheres negras representadas por Conceição Evaristo em *Becos da memória*, e a experiência da personagem de Orlanda Amarílis, na Lisboa anterior à Revolução dos Cravos, e anterior ao fim do projeto colonial português, nos anos 70.

Em sua condição de mulheres ‘de cor’ em posições de subalternidade, as personagens redesenham, com seus corpos e sua experiência, os impasses vividos pelos colonizados, numa condição histórica com indelével poder de permanência, segundo Edward Said, quando afirma que “ter sido colonizado” é “uma sina com conseqüências duradouras, injustas e grotescas”, que significa ser “potencialmente muitas coisas diferentes, mas inferiores, em muitos lugares diferentes, em muitos momentos diferentes” (SAID, 2003, p. 115-116).

Revelam-se assim algumas das complexas permanências da situação colonial no mapa das relações contemporâneas, especialmente no que se refere ao caráter sexualizado/gendrado/racializado do sujeito feminino, periférico e subalterno.

As personagens, do romance de Conceição Evaristo e do conto de Orlanda Amarílis, trazem em sua experiência as marcas daquilo que Margarida Calafate Ribeiro considera, na leitura da obra poética de Paula Tavares, uma condição de dupla colonialidade, na qual se encontram duplamente silenciadas: “silenciadas pela condição de subalternidade no seio da diferença imposta pela colonialidade e silenciadas pela condição de subalternidade vivida no seio da diferença sexual” (RIBEIRO, 2008, p. 98-99). Como resposta a esse silenciamento, podemos pensar nos textos dessas autoras como estratégias estéticas e políticas de representação. Ao propor uma representação no sentido inverso da

colonialidade do poder, as autoras reivindicam também de seus leitores uma prática de leitura descolonial, que pode ser resumida nesta bela formulação da escritora chicana, teórica do feminismo e da mestiçagem, Gloria Anzaldúa: “Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você” (ANZALDÚA, 2000, p. 232).

Referências

ALMEIDA, Miguel Vale de. *Um mar da cor da terra: raça, cultura e política da identidade*. Oeiras: Celta, 2000.

_____. Gabriela: um ícone denso e tenso na política da raça, gênero e classe em Ilhéus, Bahia. In: BUESCU, Helena C. e DUARTE, João F. (Orgs.). *Narrativas da Modernidade: a construção do outro*. Lisboa: Colibri, 2001.p. 33-60.

AMARÍLIS, Orlanda. Desencanto. In: *Cais-do-Sodré te Salamansa*. Coimbra: Centelha, 1974.p. 55-64.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, 2000. p. 229-236.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

BARBEITOS, Arlindo. Une perspective angolaise sur le lusotropicalisme. *Lusotopie 1997, Enjeux contemporains dans les espaces lusophones*, Paris, Karthala, décembre 1997. p. 309-326.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Ed. 34, 2002.

COSTA, Cláudia de Lima. O tráfico do Gênero. *Cadernos Pagu*, n.11, 1998, p. 127-140.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DALCASTAGNÈ, Regina. Quando o preconceito se faz silêncio: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. *Gragoatá*, Niterói, n. 24, p. 203-219, 2008.

DUARTE, Eduardo. Na cartografia do romance afro-brasileiro, *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves. In: TORNQUIST, Carmen S. et al. (Orgs.). *Leituras de resistência: corpo, violência e poder*. Florianópolis: Mulheres, v. I. , p. 325-348, 2009.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Pós-modernismo e política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 248.

GIACOMINI, Sonia Maria. Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n.1, p. 85-101, 2006.

HALL, Stuart. Que 'negro' é esse na cultura negra?. In: _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. p. 335-349.

HARAWAY, Donna. Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 243-288.

LEMAIRE, Ria. Metaforizar. des-metaforizar, re-metaforizar – qual é a verdade que (não) se quer revelar? O caso de *Casa-grande e senzala*. *RivistadistudiPortoghesi e Brasiliani* (Roma), II, 2000.

LUGONES, María. Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, Walter (Org.). *Género y descolonialidad*. Buenos aires: del Sino, 2008. p. 13-54.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MIGNOLO, Walter. Introducción: Cuáles son los temas de género y (des)colonialidad?. In: _____. (Org). *Género y descolonialidad*. Buenos aires: del Sino, 2008. p. 7-12.

PINHO, Osmundo de Araújo. O efeito do sexo: políticas de gênero, raça e miscigenação. *Cadernos Pagu*, v. 23 jul.-dez/2004.

PINTO, Alberto Oliveira. O colonialismo e a ‘coisificação’ da mulher no cancionero de Luanda, na tradição oral angolana e na literatura colonial portuguesa. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante (Orgs.). *A mulher em África; vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Colibri, 2007. p. 35-49.

RIBEIRO, Margarida Calafate. *Uma história de regressos; Império, guerra colonial e pós-colonialismo*. Porto: Afrontamento, 2004.

_____. Outros poderes, outros conhecimentos – Ana Paula Tavares responde a Luís de Camões. *Gragoatá*, Niterói, n. 24, p. 89-100, 2008.

SAID, Edward. A representação do colonizado: os interlocutores da antropologia. In: _____. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 114-136.

SILVA, Denise Ferreira da. À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 1 jan-abr., 2006.

SILVA, Tony Simões da. *Racedencounters, sexedtransactions: “lusotropicalism” and the Portuguese Colonial Empire*. *Pretexts: literary and cultural studies*. V. 11, n. 1, 2002, p. 27-39.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Tigres de papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (Coords.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

WIEVIORKA, Michel. *O racismo*, uma introdução. São Paulo: Perspectiva, 2007.

YOUNG, Robert J. C. *Desejo colonial; hibridismo em teoria, cultura e raça*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

[Texto recebido em junho de 2013 para compor a corrente edição especial]

Translating colonial memory in Portuguese: race and gender in African and Brazilian literatures

Abstract: Focusing on the intersections between the categories of gender and race in the literature of female authorship produced contemporaneously in African contexts of Portuguese and Brazilian language, the article seeks to develop a discussion about modes of representation and problematization of these categories, based on the reading of two texts in particular: the novel *Becos da memória*, by Brazilian author Conceição Evaristo and the tale “Desencanto,” by capeverdian author Orlanda Amarilis.

Keywords: Gender. Race. Female authorship. African literature in Portuguese language. Brazilian novel.

